



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

Aquisição de água mineral, sem gás, acondicionada em bombonas plásticas, retornáveis, de 20 (vinte) litros, com lacre e rótulo intactos e que contenha a data do envase e o prazo de validade, para serem entregues nos edifícios sede do TRESC, Depósito de urnas e Almoxarifado e nos edifícios dos cartórios das zonas eleitorais de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **1 Objeto da Contratação**

Aquisição de água mineral, sem gás, acondicionada em bombonas plásticas, retornáveis, de 20 (vinte) litros, com lacre e rótulo intactos e que contenha a data do envase e o prazo de validade, para serem entregues nos edifícios sede do TRESP, Depósito de urnas e Almoxarifado e nos edifícios dos cartórios das zonas eleitorais de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz.

## **2 Fundamentação da Contratação**

### **2.1 Motivação**

A primazia da saúde dos servidores e demais colaboradores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina se afirma na adoção das correspondentes práticas saudáveis. Dessa forma, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESP) vem contribuir para a manutenção da saúde dos servidores e colaboradores lotados nos edifícios Sede, Anexo I, Anexo II, Almoxarifado, Depósito de Urnas e zonas eleitorais de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz, mediante fornecimento de água mineral apropriada para consumo.

### **2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios**

O fornecimento de água mineral apropriada para consumo, para os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral catarinense nos edifícios Sede, Anexo I, Anexo II, Zonas Eleitorais de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Depósito de Urnas, Almoxarifado e Seção de Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, tem como finalidade primar pela saúde dos servidores e demais colaboradores.

### **2.3 Alinhamento Estratégico**

Atendimento às necessidades dos servidores, demais colaboradores e usuários da Justiça Eleitoral indo ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

### **2.4 Estudos Preliminares do Objeto**

Conforme documento juntado ao PAE 41.054/2019.

### **2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Bombona de 20l de água mineral	4.500 unidades	4.500 unidades

A quantidade de bombonas demandada foi estimada para o consumo dos servidores e colaboradores até 31 de dezembro de 2020.

### 2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.8 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação será global, baseada nos critérios geográficos das unidades beneficiadas, tendo em vista estarem localizadas em municípios contíguos e a fim de tornar o objeto mais atraente e estimular a participação de maior número de empresas no certame.

### 2.9 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

#### 2.9.1 Critérios de Habilitação

- Para fins de habilitação, será exigido Alvará Sanitário da empresa engarrafadora, dentro do seu prazo de validade; e
- para fins de contratação, será exigido Alvará Sanitário da empresa distribuidora, dentro do seu prazo de validade, caso utilize sua marca registrada nos produtos.

#### 2.9.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n.123/2006.

### 2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, tipo menor preço.

### 2.11 Obrigações da Proponente

Conforme exigências contidas no edital licitatório.

### 2.12 Obrigações da Contratante



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.12.1 efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

2.12.1.1 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)."

2.12.2 promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou superior hierárquico, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.12.3 efetuar o recebimento definitivo em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)."

### **2.13 Obrigações da Contratada**

2.13.1 fornecer número de telefone e e-mail para a realização dos pedidos;

2.13.2 entregar os produtos no prazo de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, de solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços do TRESP, ou da Seção de Administração de Urnas, ou da Seção de Almoarifado, ou dos Chefes dos Cartórios da 12ª, 13ª, 100ª, 29ª, 84ª, 2ª, 24ª e 67ª Zonas Eleitorais, por telefone ou email;

2.13.2.1 os produtos deverão ser entregues no horário de expediente do setor requerente ou no período matutino ou vespertino, conforme solicitação de que trata o subitem 2.13.2, podendo ocorrer no intervalo das 8 às 18 horas;

2.13.2.2. após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los em até 12 (doze) horas, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da notificação emitida pelo TRESP;

2.13.3 entregar os produtos nos seguintes locais:

- a) Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, sito na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis;
- b) Edifício dos cartórios das 12ª, 13ª, 100ª Zonas Eleitorais, localizado na Av. Rio Branco, 797, Centro, Florianópolis;
- c) Edifício do Almoarifado do TRESP, sito na Rua Leoberto Leal, 975, Barreiros, São José;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) Edifício dos cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e Seção de Arquivos do TRESC - Avenida Beira-mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes, São José;
- e) Depósito de urnas eletrônicas - Rua Francisco Pedro Machado, S/nº - Conab, Próximo Ao Ceasa, 88117-402, São José/SC
- f) Cartório da 2ª Zona Eleitoral, sito na Rua Hermógenes Prazeres, 277. Centro - Biguaçu;
- g) Cartório da 24ª Zona Eleitoral, sito na Rua Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani - Passa Vinte – Palhoça;
- h) Cartório da 67ª Zona Eleitoral, localizado na Rua Pedro Mansur Elias, n. 25, sala 01, Santo Amaro da Imperatriz/SC.

### **2.14 Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3 Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1.1 Códigos SIASG**

Código SIASG 9873

Florianópolis, 5 de fevereiro de 2020

Luciana Ferreira  
Integrante Demandante

Kelly Rosana Yassuda  
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior  
Integrante Administrativo



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Anexo I – Plano de Fiscalização**

#### **1. Execução e Gestão do Contrato**

O gestor do contrato será o titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior hierárquico, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que zelará pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

##### **1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada**

Trata-se de aquisição/fornecimento de bombonas de água mineral, que serão solicitadas via telefone e/ou e-mail à contratada, pelos representantes do TRESC nas Unidades abrangidas neste Projeto Básico de contratação, que zelarão pelo efetivo atendimento às obrigações contratuais.

##### **1.2. Instrumentos Formais**

Será firmado contrato de fornecimento de água mineral.

##### **1.3. Vigência**

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020.

##### **1.4. Acompanhamento do Contrato**

O gestor do contrato, ou seu substituto, zelará pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais, realizando os pedidos e fiscalizando as entregas na sede, bem como, via e-mail ou telefone, subsidiando os chefes de cartórios e chefs de seções nesse mesmo propósito.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.5. Recebimento Provisório e Definitivo

#### 1.5.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)."

### 1.6. Pagamento

#### 1.6.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)."

1.6.2 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.7. Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

### 1.8. Penalidades

1.8.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) declarar informações falsas; e

j) cometer fraude fiscal.

k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.8.2. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.8.1., reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.8.3. Para os casos não previstos no subitem 1.8.1., poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.8.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.8.1. e na alínea “f” do subitem 1.8.3. são de competência do Presidente do TRES.

1.8.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.8.6. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.